

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSTRUÇÃO DE NOVOS CAMINHOS NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CASTRO ALVES – VALE DOS SONHOS – DISTRITO DE BARRA DO GARÇAS/MT

Magna Catia Osuna¹
Marcelle Karyelle Montalvão Gomes²
Aníbal Monteiro de Magalhães Neto³
Marly Augusta Lopes de Magalhães⁴

Resumo:

Este trabalho é um recorte do Projeto de Pesquisa: *Migração rural/urbana dos alunos indígenas da etnia Xavante: uma questão de sobrevivência* e, que está vinculado ao grupo de pesquisa, Fronteiras, Culturas, Identidades: Espaço de diálogo com povos indígenas do Araguaia/Xingu, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Marly Augusta Lopes de Magalhães (CUA/UFMT). Nosso objetivo é verificar a construção de novos caminhos da educação do campo no processo de ensino-aprendizagem e refletir sobre o conhecimento no contexto campestre, no Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves, em Vale dos Sonhos, distrito do município de Barra do Garças/MT. Pois sabemos que as escolas brasileiras estão inseridas nos mais variados contextos e, assim, partimos do pressuposto que qualquer homogeneização encobre particularidades fundamentais no processo de ensino-aprendizagem das escolas do campo. Assim, a realidade da escola do campo não é tão simples, deve-se, antes de tudo, conhecer o que acontece no contexto campestre, para então, perceber que a dignidade e a identidade dos alunos que ali estudam são muitas vezes ignoradas. Caracterizar uma escola como rural não significa diminuir a sua qualidade, mas, diversificar suas formas e os instrumentos de trabalho, pois é fundamental que a escola esteja preparada para atender às diferentes demandas cotidianas, independentemente de sua localização. Para o desenvolvimento de nosso trabalho utilizamos como instrumento a pesquisa qualitativa que nos permitiu conhecer o perfil sociointeracional dos estudantes, bem como os métodos utilizados pelos professores daquela instituição. Servimo-nos, também, dos estudos bibliográficos a fim de que pudéssemos problematizar a temática.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Novos Caminhos. Ensino-Aprendizagem.

FIELD EDUCATION: CONSTRUCTION OF NEW PATHS IN THE CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CASTRO ALVES – VALE DOS SONHOS – BARRA DO GARÇAS/MT DISTRICT

Abstract:

This work is a snippet from the Research Project: *Rural/urban migration of indigenous students of the Xavante Ethnicity: a question of survival*, which is linked to the research group, Frontiers, Cultures, Identities: Space for dialogue with indigenous peoples of Araguaia/Xingu, coordinated by Prof. Marly Augusta Lopes de Magalhães, Ph.D. (CUA/UFMT). Our goal is to

¹ Graduada em Letras pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Campus Universitário do Araguaia (CUA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: magnakatia_o@hotmail.com.

² Especialista em Educação Física pelo Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS), CUA, UFMT. Professora na Escola Estadual Santa Terezinha, Santa Terezinha/MT. E-mail: marcelle_karyelle@hotmail.com.

³ Doutor em Genética e Bioquímica pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Associado do ICBS, CUA, UFMT e Professor Colaborador da UFU. E-mail: professoranibal@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Ciências Linguísticas pela Universidad Central de Las Villas, Cuba. Professora Associada do ICHS, CUA, UFMT. E-mail: professoramarlyaugusta@gmail.com.

verify how to build new ways in the educational field, especially those related to the teaching-learning process. We also aim to reflect on the peasant knowledge context, at the Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves, in the Vale dos Sonhos (Barra do Garças/MT county). Because we know that Brazilian schools are in a more diverse context and, thus, we come from the assumption that any homogenization hides fundamental particularities at the learning-teaching process at the field schools. Therefore, the reality of the field school is not that simple, must, before, everything, know what happens at the peasant context, for then, realizes that the dignity and the identity of this students are often ignored. Characterize a school as rural is not decrease its quality, but diversify its forms and the work instruments, because it is fundamental that the schools are prepared to attend the different daily demands. To the development of our work we used as an instrument the qualitative research that allowed to know the socio-international profile of the students, as well as the methods used by the teachers of that institution. We also used bibliographic studies so that we could problematize the theme.

Key-Words: Field Education. New ways. Learning-Teaching.

EDUCACIÓN DEL CAMPO: CONSTRUCCIÓN DE NUEVOS CAMIÑOS EN EL CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CASTRO ALVES – VALE DOS SONHOS – DISTRITO DE BARRA DO GARÇAS/MT

Resumen:

Este trabajo es un extracto del Proyecto de Investigación: Migración rural/urbana de estudiantes indígenas de la etnia Xavante: una cuestión de supervivencia y, que está vinculada al grupo de investigación, Fronteras, Culturas, Identidades: Espacio para el diálogo con los pueblos indígenas de Araguaia/Xingu, coordinado por la Profesora Marly Augusta Lopes de Magalhães, Ph.D. (CUA/UFMT). Nuestro objetivo es verificar la construcción de nuevas formas de educación rural en el proceso de enseñanza-aprendizaje y reflexionar sobre el conocimiento en el contexto rural, en el Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves, en el Vale dos Sonhos, distrito del municipio de Barra do Garças/MT. Porque sabemos que las escuelas brasileñas se insertan en los más variados contextos y, por lo tanto, asumimos que cualquier homogeneización oculta particularidades fundamentales en el proceso de enseñanza-aprendizaje de las escuelas rurales. Por lo tanto, la realidad de las escuelas rurales no es tan simple, así, en primer lugar es necesario, saber lo que sucede en el contexto rural, para luego darse cuenta de la dignidad y la identidad de los estudiantes que estudian allí. Caracterizar una escuela como rural no significa disminuir su calidad, sino diversificar sus formas y herramientas de trabajo, ya que es esencial que la escuela esté preparada para satisfacer las diferentes demandas diarias, independientemente de su ubicación. Para el desarrollo de nuestro trabajo, utilizamos la investigación cualitativa como instrumento que nos permitió conocer el perfil socio-interaccional de los estudiantes, así como los métodos utilizados por los docentes de esa institución. También utilizamos estudios bibliográficos para poder problematizar el tema.

Palabras-clave: Educacion Rural. Nuevos Caminos. Enseñanza-Aprendizaje.

Introdução

A escola do campo surgiu da necessidade dos camponeses em construir um espaço que valorizasse sua história, bem como, da importante valorização social do povo que vive em espaços rurais. Assim, repensando o (art. 28) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) que deixa claro a garantia dos direitos dos povos que vivem na zona rural ao afirmar que, “na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região”.

Dessa forma, o princípio básico que norteou o nosso trabalho foi colocar mais vida na educação do campo do Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves (CMEB Castro Alves) no distrito de Vale dos Sonhos, município de Barra do Garças – MT. Pois sabíamos que a vivência dos estudantes e suas famílias no ambiente escolar, tornaria mais fácil o aprendizado, além de, inseri-los de forma mais agradável, no mundo em que vivem.

As escolas brasileiras estão inseridas nos mais variados contextos e, por isso, partimos do pressuposto que qualquer homogeneização encobre particularidades fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, seja nas escolas do campo, bem como nas escolas rurais. Partimos de uma observação diária de nove anos de trabalho nesta instituição e, tendo como base de todos os nossos primeiros anos de estudos cursados na mesma escola, isso despertou-nos o desejo de refletir sobre as possíveis mudanças que poderão ocorrer neste estabelecimento de ensino.

Vivenciar a realidade do ensino do campo é bem diferente de somente conhecer pelo que se lê, ou simplesmente, ouvir histórias a respeito de suas dificuldades e características. É uma realidade advinda de lutas por territórios para moradia, espaços sociais, conhecimento científico e cultural. Assim, consideramos que viver e estudar em uma escola do campo não é tão simples, deve-se, antes de tudo, conhecer todo contexto social e cultural desses estabelecimentos de ensino, a fim de integrar os estudantes no ambiente escolar, de forma que esta possa ser útil e significativa na vida de seus alunos.

Dessa forma, a fim de verificar as dificuldades vivenciadas por todas as pessoas envolvidas no dia a dia dessa escola campesina, investigada, desde o diretor, alunos, professores, merendeiras, pessoal da limpeza até os pais dos alunos, elaboramos um instrumento de pesquisa que nos serviu como ponto de partida para nossa investigação.

- Caracterização do Distrito,
- Caracterização da escola
- Projeto Político Pedagógico

- Calendário escolar;
- Perfil dos profissionais;
- Perfil dos alunos;
- O livro didático utilizado;
- O meio de transporte,
- Caracterização do Distrito,
- O preconceito de escola do campo e escola da cidade.

1 Origem e Trajetória da Educação do Campo

A escola do campo originalmente foi denominada “Escola camponesa” e surgiu da iniciativa de agricultores familiares a partir da década de 30, na França e tinha o nome de Maison Familiale Rurale (casa Familiar Rural). No Brasil a Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos se concretiza em todos os estados da Federação. Geralmente, quando falamos de educação, não estamos nos referindo apenas aquela que procuramos e aprendemos na escola, mas sim de tudo aquilo que aprendemos e julgamos necessária a retenção em nossa memória e que venha ser útil em nossas vidas cotidianas, cabe aí incluir a educação do campo.

Os movimentos sociais e a luta dos camponeses prescrevem uma parte da história do Brasil, desde a ocupação, colonização e o uso do solo que forjaram disputas envolvendo diferentes atores sociais por todo o território.

A partir da década de 1960, o êxodo de camponeses para a cidade fez com que as autoridades buscassem meios de fixar essa população no campo: a educação foi um deles.

Na metade do séc. XX o governo brasileiro autorizou a criação dos colégios agrícolas de acordo com o artigo 168 da Constituição Federal de 1946, dessa forma, as empresas eram obrigadas a oferecer o ensino primário gratuito para os filhos dos servidores que nasciam dentro das propriedades rurais. Embora essas escolas só favorecessem a exploração da mão de obra desses alunos que estudavam nessas escolas, pois acabavam por trabalharem por uma mão de obra barata tendo em vista que estudavam na escola da propriedade rural.

Embora, a criação de escolas rurais não fosse o principal objetivo da época, porque a prioridade era o desenvolvimento industrial. Já em lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 que veio para regulamentar os direitos e obrigações concernentes aos bens e imóveis rurais, essa política veio para promover e executar as políticas agrícolas e a reforma agrária, a mesma

ainda imposta por um governo militar. A classe dominada ainda resiste ao latifúndio, os assentamentos tornam-se uma forma de resistência ao capital se organizando em grupos para lutarem por terras improdutivas.

De acordo com nossas buscas, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que era um movimento social recente, que emergiu no final da década de 1970 e início de 1980, que trouxe como principal objetivo colocar em prática a ação dos acampamentos no intuito de torná-los assentamentos. É importante salientar que esses movimentos sociais tiveram grande importância na luta por uma educação de qualidade voltada para as populações rurais.

Dessa forma, podemos dizer que a educação do campo é recente em sua implantação, nasceu em contraposição à Educação Rural. O que a Educação Rural não fez durante quase um século, a Educação do Campo fez em uma década. Em decorrência do que nos apontam os autores, ter um sistema educacional que atendesse aos anseios do homem do campo não era de interesse do Estado brasileiro. Assim, não houve empenho em regulamentar diretrizes políticas e pedagógicas para escola do campo e nem um direcionamento de como deveria funcionar e, se organizar, outra dificuldade foi a omissão financeira que, não possibilitou a institucionalização e a manutenção de uma escola de qualidade em todos os níveis de ensino.

Com a falta de uma política efetiva de formação continuada e, de valorização da carreira do professor da escola do campo, reafirmaram que o campo nunca foi um espaço prioritário para ação planejada e institucionalizada do Estado. Nesse contexto, a população do campo foi privada do acesso às políticas e serviços públicos em geral, o que contribuiu para o aceleramento do processo de êxodo rural. Como forma de reprimir esse processo e, continuar com a manutenção da agricultura familiar e, todas as demais culturas que dependessem de mão de obra dos camponeses, instituiu-se a escola do campo. Nesse sentido, surgiu o nosso interesse pela pesquisa sobre como a escola do campo preserva sua identidade e como se dá o processo de Ensino-Aprendizagem dos diferentes sujeitos que dela dependem em seus diferentes modos de vida.

Desta forma, caracterizar uma escola como rural não significa diminuir qualidade de ensino-aprendizagem e, sim diversificar as formas e os instrumentos de trabalho, aproveitando o máximo, o conhecimento do cotidiano e, as experiências vividas pelos alunos. Atender as diversidades é o papel central da escola e, assim, para respeitar a individualidade de cada um, é fundamental que esteja preparada, independente, de sua localização.

Seguindo esta linha de pensamento, percebemos que são consideráveis as particularidades que marcam diferenças profundas entre espaços escolares tanto no campo como na cidade. E, portanto, é fundamental desenvolver olhares sobre cada realidade, sem perder de vista que apesar da diversidade, há direitos de aprendizagens comuns.

Assim, seja no campo ou na cidade todas as crianças têm o direito de acesso à aprendizagem e, a luta por uma educação de qualidade para as populações camponesas brasileiras, está alcançando maior visibilidade e força nos últimos anos. Para que esse direito seja de fato respeitado e se efetive é necessário um conhecimento das especificidades do campo, bem como a trajetória de constituição da Educação do Campo.

Dessa forma, as barreiras encontradas na escola do campo são inúmeras, a falta de um currículo próprio que atenda suas necessidades, o preconceito com o meio rural e a falta de políticas públicas que realmente atendam às necessidades são alguns dos entraves. Sobre a escola do campo foi ao longo dos períodos históricos, atribuído um lugar marginal, de atraso, ignorância e de direitos negados. Nesses termos, Soares afirma,

[...] histórias sobre o campo há muitas, já sobre a educação do campo, o poder público, ao longo da história da educação, consagrou apenas uma: negar a diversidade e organizar-se precariamente como um prolongamento do atendimento escolar urbano (SOARES, 2009, p. 22).

Essa história do lugar destinado à educação das populações do campo, no Brasil, reflete uma perspectiva ideológica que converte a educação, em instrumento de urbanização de mente e modos de vida, ou seja, historicamente, a educação no meio rural serviu apenas para formar o contexto industrial e para uma cidadania que desenraíza identidades e aprofunda a desigualdade, conduzindo a um entendimento de que **“o bom é estar na cidade”**, enfraquecendo-se desse modo, as identidades dos povos do campo e, do ponto de vista social, aprofundando desigualdades existentes em nossa sociedade.

Nas últimas três décadas, a sociedade civil organizada, representada, sobretudo, por Movimentos Sociais do Campo, tem pressionado para mudanças no contexto educacional rural no Brasil, resultando numa proposta inovadora, conceituada como educação do campo.

Dessa forma, em nossa pesquisa, o nosso desafio não é só mostrar o atendimento ao povo do campo, mas também mostrar um campo em movimento, onde seus sujeitos marcam a história atual do trabalhador, do povo sofrido de um Brasil que patina cada vez mais rumo as desigualdades. Os sujeitos do campo são homens, mulheres, crianças, jovens, adolescentes, idosos que participam das lutas pela terra e constroem cotidianamente o conhecimento e o

sofrimento sobre a sua realidade. Seguindo essa linha de pensamento os autores Lazzaro; Coutinho e Franceschetto (1992), posicionam-se,

[...] histórias de vida que se consumiram nos momentos de ombros curvados, de braços exaustos, de pernas entorpecidas e de mãos calejadas. Vidas que se esvaíram nos trabalhos dos campos e nos afazeres domésticos, no tanque e no calor do fogão, nos serviços de estábulos e no alçar das redes, no entrançar dos cestos e na reparação dos utensílios de trabalho (LAZZARO, COUTINHO; FRANCESCETTO, 1992, p. 7).

Podemos dizer, então, que a educação do campo é uma conquista de toda comunidade, que dela participa ativamente os pais de alunos, as lideranças comunitárias, os profissionais da educação como, professores, vigias, merendeiras, serventes, jardineiros, alunos, entre outros.

De acordo com nossa leitura, este contexto social tem provocado novos conflitos e inspirado novas reflexões, pois há muitas questões importantes que carecem de tempo e discussões para o seu aperfeiçoamento.

Vale ressaltar, aqui, que não é nosso propósito, com este trabalho, esgotar as discussões sobre o tema educação do campo no distrito de Vale dos Sonhos, município de Barra do Garças/MT, muito pelo contrário, pretendemos sim, dar início ao debate sobre as questões mais gritantes que estamos presenciando no dia a dia escolar, principalmente, tendo como foco, como futuros profissionais, o importante papel da educação do campo na formação daqueles que dela dependem.

2 Caracterização do Distrito

Em 1986 o povoado de Vale dos Sonhos tornou-se distrito. Os distritos são territórios em que se subdividem os municípios, que costumam se subdividirem em bairros, às vezes estes distritos possuem subprefeituras ou administrações regionais, porém, estes são subordinados ao poder da prefeitura de sua sede. Em geral estes distritos, enquanto não forem integrados pelo crescimento natural da cidade, tendem a querer se transformar em novos municípios.

Assim, Vale dos Sonhos, o distrito mais próximo à Barra do Garças, localiza-se a 65 km da sede, às margens da BR 158, aos pés da famosa Serra do Roncador. Digo famosa, por suas belezas naturais e misticismos que são conhecidos em toda região e fora dela. Uma das razões pela qual destacamos a serra do Roncador neste trabalho é a de se utilizar do

misticismo, como de toda natureza exuberante que existe para abrir novos caminhos e oportunidades, tanto de conhecimento, como de investimento e lazer, se valendo do turismo regional, tão procurado e crescente na região.

A principal atividade econômica é a agricultura e a pecuária, cercado pelas grandes propriedades e, por pequenos produtores, que praticam a pecuária destinada à produção de leite como fonte de renda e também para o consumo da carne. Por se tratar de um lugar muito tranquilo as famílias procuram sobreviver da melhor forma possível com o que elas adquirem na própria terra, mesmo individualmente muitos fabricam seus próprios produtos para o consumo, como: o sabão caseiro, o doce, o queijo, a farinha de mandioca, o polvilho, entre outros, e, que muitas vezes, são vendidos para o consumo das cidades vizinhas.

As principais vias de comunicação é a televisão, rádio e internet via rádio, o celular que só funciona com o uso de uma antena externa, pois o distrito não possui sinal de telefone. Para os casos de emergência, o distrito possui uma ambulância.

É sempre importante refletirmos sobre o que poderíamos ter feito de melhor, assim, com o intuito de resgatar ainda mais a memória do distrito, salientamos que há um córrego matrinxã dentro da vila, que no passado possuía uma grande variedade de peixes, mas ao longo dos anos, vem sofrendo com o desmatamento em suas matas ciliares, que de acordo que o nosso ponto de vista, deveria ter um projeto para ser desenvolvido com os alunos da escola. Outra atração é uma represa bem próxima, que se torna o ponto turístico para a população, bem como, de diversão em dias quentes.

3 Contextualização da Escola

No distrito de Vale dos Sonhos há somente uma escola, é o Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves (CMEB Castro Alves). Criada por disposição da Lei de nº 461, de 09 de abril de 1974 com a denominação de Escola Municipal de I grau Ministro João Alberto, passando posteriormente a Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves, tendo como função principal o atendimento de crianças e jovens desde a Educação Infantil (Pré I e II) ao Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) no que tange à educação escolar. Constando em seu quadro com alunos na faixa etária entre 4 a 14 anos, observando as exceções. No ano letivo de 2019 possuiu um total de 157 alunos, seis (06) professores dos anos iniciais, cinco (05) professores dos anos finais, uma (01) coordenadora, uma (01) secretária, quatro (04) funcionários de infraestrutura e o diretor escolar. Verificamos que, o Centro possui uma

estrutura física de boa qualidade, salas arejadas todas com ar condicionado e um amplo espaço externo, com muitas árvores. Possui refeitório com amplo espaço, sala de leitura equipada com seis (6) computadores com acesso à internet para pesquisas.

Outra característica interessante é que a escola possui uma horta que é mantida com os cuidados de alunos e professores, os alimentos são servidos aos alunos, o que enriquece a merenda escolar, pois são produtos orgânicos e livres de agrotóxicos. Possui uma quadra coberta para as aulas de Educação Física e eventos relacionados ao esporte e datas comemorativas. As características pedagógicas são baseadas nos métodos de ensino tradicionais das escolas urbanas.

3.1 Projeto Político Pedagógico

De acordo com a leitura que fizemos do Projeto Político Pedagógico da escola, percebemos nas entrelinhas que a escola “pretende contribuir para a formação integral do educando no desenvolvimento de suas potencialidades e especificidades: físicas, intelectuais, morais e sociopolíticas, preparando-os para o exercício da cidadania”. E, assim, oportunizar aos discentes conhecer e praticar direitos, deveres e valores. Portanto, buscando desenvolver um trabalho numa linha progressista, de maneira que contemple a construção da cidadania, baseada no amor ao próximo e no senso crítico.

Percebemos que, mesmo que se trate de uma escola caracterizada pelo Censo Escolar como rural, em seu Projeto Político Pedagógico não faz nenhuma referência ao contexto da Educação do Campo. Com base na LDB, em seu artigo 28, estabelece as seguintes normas para educação no meio rural,

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.).

Portanto, segundo o nosso entendimento, a LDB possibilita a escola do campo, no sentido de adaptar um currículo escolar de acordo com os desafios da realidade educativa do campo e, assim, ser socializado como forma de aprofundamento das práticas educativas na atualidade, favorecendo a aprendizagem dos alunos ali matriculados. Não só o currículo, bem

como a metodologia de ensino, deve se adequar a essas necessidades dos estudantes campestres, visando um ensino significativo e de qualidade.

Pois sabemos que é por intermédio do conhecimento que o aluno da escola do campo poderá responsabilizar pelos seus atos e interagir com o mundo que o cerca e, assim, colocar as várias ideias que estão internalizadas, em prática, desenvolvendo o senso de responsabilidade e, acima de tudo, a autoafirmação. Pois o que se percebe nas escolas do campo é que vários estudantes estão gritando para testar seus próprios limites, dessa forma, o papel de todo coletivo escolar é de enriquecê-los com situação de aprendizagem, criando na escola não um ambiente hostil, preconceituoso e, sim, um lugar favorável ao desenvolvimento de suas identidades. As informações obtidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) foram autorizadas pela gestão escolar, visto que é um documento público e de livre acesso para as pesquisas.

3.2 Calendário Escolar

Outra observação a ser considerada é quanto ao calendário escolar que pode ser elaborado de acordo com as necessidades do campo, considerando o período do ciclo agrícola, bem como, as condições climáticas. Em nossa pesquisa, percebemos que o calendário adotado pelo Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves (CMEB Castro Alves) é o mesmo das escolas municipais urbanas, mesmo que se trate de realidades tão distantes. Nesse sentido, percebemos que no final do ano letivo é que se tem um prejuízo maior para os alunos ali matriculados. Nesse período, as chuvas são constantes, as estradas pioram muito, e os alunos são prejudicados pela quantidade de faltas, e, principalmente porque deixam de ter seu direito a aprendizagem respeitado.

Nesse sentido, não quero aqui, dizer que a realidade da escola observada seja a pior de todas, bem sabemos que nesse vasto território há escolas com inúmeras precariedades, mas a nossa intenção é tornar visível as problemáticas que rodeiam nossa realidade e, que são poucas vezes percebidas. A nossa crítica, como futura educadora é vislumbrar melhorias para aqueles que ainda estão por vir. Acreditamos, que toda mudança parte do ponto de observação e reflexão e, é esse o intuito de discutir sobre a realidade e possíveis mudanças.

3.3 Livro Didático

O Centro Municipal de Educação Castro Alves adota os mesmos livros didáticos das escolas urbanas, escolhidos em comum acordo com a Secretária Municipal de Educação de Barra do Garças/MT. No livro didático utilizado, não faz referências ao contexto campesino, não foi elaborado para essa realidade. Há nele, contextos totalmente urbanos, afastando totalmente a realidade do estudante da escola do campo. Em outras palavras, os livros didáticos utilizados na escola do campo, constituem-se em representações de outras realidades. O que muitas vezes, é a causa de muitos desconfortos para os que ali estudam. Como nos afirma Pereira,

A ideologia dominante sempre considerou o camponês brasileiro como matuto analfabeto, fraco, atrasado, preguiçoso, ingênuo, incapaz; um Jeca Tatu, que precisa ser redimido pela modernidade [...] escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade como um pacote pronto: currículo, calendário, cartilha e professor. Todos oriundos da cidade (PEREIRA, 2009, p.178).

Dentro do que foi exposto, deve existir uma preocupação institucional no sentido de refletir as novas tendências pedagógicas e, assim, reorganizar a escolha do livro didático como forma de atender à nova realidade, que exige um tratamento diferenciado. E um caminho para que esse tratamento se efetive é necessário partir da valorização e não da depreciação do homem campo e dos seus valores campesinos.

A visão de atraso intelectual está totalmente deturpada por alguns intelectuais urbanos, pois nas últimas décadas percebemos que é por meio dos implementos da agricultura e da agroindústria que há o maior avanço em tecnologia e produção de riquezas oriundas da terra. Se levarmos em consideração numa visão geral em nosso país, o desenvolvimento agrícola só acontece porque há pessoas do campo operando com as mais variadas tecnologias do nosso tempo, tais como o Sistema de Posicionamento Global (GPS), computador de bordo, entre outros.

3.4 Matriz Curricular

Em relação a matriz curricular, também é idêntica as de escolas urbana, não há uma disciplina que contenha habilidades e competências, para atender as necessidades dos estudantes das escolas do campo e, tão pouco, contemple sua realidade campesina.

As discussões sobre currículo e sobre ensino de língua voltam-se, exclusivamente, para realidades urbanas, desconsiderando a existência de outras formas de organização do espaço/tempo escolar que caracterizam as realidades rurais. Dessa forma, não há espaços para participar e propor alternativas voltadas para a uma educação de qualidade.

3.5 Transporte Escolar

Para atender os alunos de fazendas circunvizinhas, possui cinco rotas diferentes que são feitas por quatro (4) vans escolares e um (1) ônibus. As distâncias percorridas variam entre 25 a 95 km por dia em cada uma das rotas. A realidade de alguns desses alunos residentes nas fazendas, principalmente os que moram mais distantes, é de se levantar às 03:00 da manhã e, dessa forma, retornar para suas casas após às 16:00. Em nosso trabalho, constatamos que nem tudo acontece de modo satisfatório, pois infelizmente as estradas, percorridas por estes estudantes, são em sua maioria precárias, piorando consideravelmente no período chuvoso.

Com base na realidade apresentada por essas estradas, o transporte muitas vezes, se torna inviável causando um grande prejuízo para os estudantes das escolas do campo. Pois as estradas danificadas, muitas vezes, danificam também, o meio de transporte desses estudantes, e, assim, deixa de buscá-los em seus lugares de origem. Muitas vezes, essa falta de transporte acarreta grandes conflitos no dia a dia desses alunos, pois de uma forma ou de outra são obrigados a faltar das atividades escolares e as faltas ocasionam prejuízos na aprendizagem, bem como, uma compreensão fragmentada do conteúdo trabalhado durante suas ausências.

E, assim, nessas ocasiões muitos pais preocupados com a necessidade de participação de seus filhos na escola, se deslocam de suas residências de formas bastante inusitadas, uns vem a cavalo, ocasionando, muitas vezes, de vir cinco alunos no mesmo animal, ou outras vezes, os que moram mais distantes usam com veículos para chegar no local da escola, motocicletas, conduzidas por estudantes menores de idade, que transportam também, grande quantidade de outros alunos menores, os que residem mais perto, usam as bicicletas ou vem a pé, com isso arriscando a própria vida.

Neste sentido, percebemos que, quando usam como base os fragmentos, perdem a essência do todo. Aprendem a contentar com uma visão parcial das coisas, esquecem o outro lado do que é bom, esquecem que, o importante neste sentido não é o percurso e, sim, o lugar

de chegada. Sabem que a escola do campo é uma oportunidade que muitos estudantes do meio rural têm para galgar lugares mais altos na escala do saber.

Quanto a presença dos responsáveis na escola, não há uma política de aproximação entre gestão escolar e os familiares, muitas vezes as reuniões são comunicadas por intermédio de bilhete que são levados pelo próprio aluno, dessa forma, não seguem um calendário fixo, as reuniões geralmente acontecem em dias de semana, ou seja, em horário comercial. Ocasionalmente assim, a participação somente dos pais do próprio distrito. Deixando fora a participação dos pais dos estudantes das escolas do campo. Uma vez que o transporte escolar é exclusivo para os alunos, em hipótese alguma é permitido aos pais, nem em casos extremos como doenças ou outras particularidades.

Nesse sentido, a ausência dos pais tem características e entendimentos diferentes tanto por parte da gestão escolar quanto dos pais. Há um raciocínio por parte da gestão escolar de que o envolvimento dos pais nos assuntos da escola só é necessário quando existem "problemas" como notas baixas, faltas injustificadas ou mau comportamento dos filhos no ambiente escolar. Outro raciocínio é de que a ausência dos pais na vida escolar dos filhos indica desinteresse.

Todavia, em nossa pesquisa tivemos a oportunidade de observar que os pais são trabalhadores rurais que em dia de semana e horário comercial estão no trabalho, em muitos casos não possuem veículo próprio, entre tantas outras dificuldades que não são consideradas como justificativas de suas ausências.

4 Perfil dos Profissionais Atuantes

Os profissionais que atuam no campo, geralmente nunca estiveram ali, são pessoas que terminaram um curso de licenciatura em Letras ou pedagogia e sonham com a primeira oportunidade de um emprego. Vale ressaltar, que no início do ano letivo, as vagas ofertadas aos novos professores, nos distritos em que se situam as escolas do campo, pelo menos na minha realidade, não são específicas, portanto, o profissional deve ser polivalente, uma vez que só tem conhecimento da disciplina que vai lecionar, no momento de sua atribuição, percebemos aqui, que o desrespeito ao profissional da educação pelos nossos governantes, gera prejuízo a todos. Uma vez que a proposta a ser seguida que, em primeiro lugar, a preferência é para as escolas urbanas, para em segundo lugar pensar nas escolas do campo. Logo, torna-se indispensável estender as vagas que “sobram” para serem preenchidas, na

maioria das vezes, por algum profissional que não tem outra opção. Um profissional que recém saiu da faculdade e, que possivelmente, nunca se atentou para a realidade da educação do campo, muito menos pelos estudantes que ali se encontram, assim, estão ampliando, ainda mais, o fosso que separa a identidade dos alunos das escolas urbanas e os alunos das escolas do campo.

Percebemos que essa realidade compromete a credibilidade de qualquer política pública voltada para as escolas do campo e, propicia uma desconfiança ainda maior em dados sem qualquer correspondência com o comprometimento com a base histórica de nossa sociedade.

Nesse sentido, Foerste e Schuts (2008) afirmam,

A fragilidade das políticas públicas em relação à carreira dos profissionais do ensino é considerada uma questão problemática, que dificulta o trabalho docente na educação do campo. Não são feitos concursos públicos há muitos anos. Isso significa na prática que o contrato de trabalho dos professores se dá em caráter precário, não garantindo estabilidade profissional. A cada novo ano o vínculo com o município se encerra. Os docentes iniciam o ano não sabendo ao certo se o contrato será renovado (FOERSTE; SCHUTS, 2008, p. 171).

Nesse processo, entendemos que os profissionais da educação poderiam chegar a diálogos mais abertos com os governantes a fim de discutirem as contradições vivenciadas no coletivo escolar, contribuindo para que os professores cheguem à reconstrução dos sentidos da própria profissão. A visão deturpada de nossa educação tem desfigurado intensamente o nosso currículo escolar, tornando-se insustentável, pois não há evidências de que os direitos adquiridos em nossas lutas por uma educação de qualidade tenham o menor significado.

Diante de tal situação torna-se difícil fazer qualquer planejamento, bem como executar qualquer tipo de projetos, sejam de médio ou longo prazo, uma vez que a rotatividade de profissionais torna inviável quaisquer tipos de planejamentos.

5 Processo de Ensino-Aprendizagem

Para se ter uma ideia mais clara de como o processo de ensino-aprendizagem acontece, elaboramos um questionário com perguntas objetivas para os alunos do 6º ano. Escolhemos essa turma preferencialmente porque, em sua grande maioria, os alunos estão na mesma escola desde a educação infantil, com poucas exceções. A fim de contemplar a nossa pesquisa, selecionamos alguns alunos que estivessem, pelo menos, há seis anos estudando na

escola, o que nos permitiu ter uma visão mais ampla de como acontece o processo de ensino-aprendizagem na referida instituição.

A turma foi composta por dezoito alunos, que aleatoriamente se dispuseram a responder as questões. Quando indagados sobre a importância da escola do campo, a grande maioria relatou que ter uma escola no campo é de suma importância, pois, se fosse para estudar na cidade, teriam de ficar na casa de parentes ou amigos, o que acarretaria uma mudança na rotina de suas vidas. Disseram ainda, que se não existisse a escola no campo, aumentaria consideravelmente, o número de analfabetos em nossa região e, dessa forma, cresceria ainda mais exclusão social.

A escola do campo inclui uma grande parcela de alunos que não tem outra oportunidade de escolarização senão essa. Outro ponto importante que os alunos relataram foi que, em sua grande maioria não tem interesse de deixar o campo, muito pelo contrário, pretendem se formar em áreas como zootecnia, veterinária, agronomia e/ou afins, e, assim, poder continuar no campo, formar suas famílias, bem como, sua independência financeira. Uns responderam esperançosos em se formar em medicina para atender na própria comunidade que é muito carente em quase todos os serviços relacionados a saúde. E para nossa alegria, as respostas destes estudantes encheram-nos de orgulho, pois de alguma forma foi o que aconteceu comigo, pois o meu principal objetivo é formar para lecionar na mesma escola onde vivi os primeiros sonhos de uma profissional da educação.

Continuando com a pesquisa, outra questão importante e preocupante, foi com relação ao estudo e ensino da Língua Portuguesa, escolhi a referida área por que é a da minha futura atuação, Perguntei como eles estudam a língua portuguesa e os temas ligados a diversidades? A maioria dos alunos respondeu que estudam com mais frequência as regras gramaticais e as regras de escrita, que dificilmente fazem atividades que não estejam diretamente ligados a isso. Outra questão aplicada foi: você estuda temas ligados ao mundo rural? Os alunos responderam que “espontaneamente a professora fala alguma coisa”, outros que “de vez em quando”.

De acordo com as respostas dos alunos percebemos que apesar da necessidade dos alunos em ter um entendimento mais amplo do mundo em que eles estão inseridos, isso ainda não é uma realidade aqui. Nota-se que possuem conhecimentos em algumas questões, mas só superficialmente, não conseguindo se aprofundar em questões mais relevantes. Nisto percebemos que uma escola do campo que não se utiliza do campo em suas temáticas, que não enfatiza o ambiente social do campo, não se aproveita das vivências e das conquistas que

tem, não desempenha um papel pedagógico relevante para melhoria da sua comunidade. Uma aula de Língua Portuguesa que não se atenta para as discussões de território e realidade camponesa, poesia ligados a terra, ao meio ambiente, zona rural, entre tantas outras temáticas é uma aula pouco relevante para contexto camponês.

Esses estudantes, na maioria das vezes, sofrem discriminação por residirem e estudarem em uma escola do campo, percebemos que há muito preconceito com relação a eles, são chamados de “**Posseiros**” pelas pessoas que residem na cidade. Na realidade, as pessoas das cidades não sabem bem o que significa **Posseiro**, sendo que, nada mais é do que; “lavradores ou agricultores que juntamente com sua família ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas, isto é, terras que não estão sendo utilizadas e que pertencem ao governo. Trabalham e retiram dela o seu sustento junto com sua família, mas não possui o título de propriedade de terra”. A maioria dos posseiros sofre discriminação porque muitos deles já foram “**Acampados**”, isto é, “pessoas que vão para um determinado lugar sem nenhuma condição básica de sobrevivência, em que fazem seus barracos de lona ou de palha entre outros tipos de abrigo e, assim, aguardar o processo de desapropriação”, ou de posse legal da terra pelo (INCRA) Instituto Nacional da Reforma Agrária.

Percebemos que a condição de “acampado” é muito dura, trata-se de uma paisagem, para muitos, desolada, onde homens, mulheres e crianças são obrigados a remontar, a partir do nada, outra história da humanidade. Este recomeço exige, sobretudo, muita determinação, muita coragem, paciência, entre outros fatores. Neste período, os acampados ficam desprotegidos e à mercê dos perigos que vêm da terra, da água e do próprio ar. Pois muitas vezes, respiram o ar contaminado por agrotóxicos espalhados pelos grandes latifundiários. De acordo com a visão de Pinheiro,

[...] inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grão, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros é negado o acesso à terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros [...] (PINHEIRO, 2011, p. 96)

Há também o “**Grileiro**” são, geralmente, grandes empresas ou fazendeiros que se utilizam da força e da violência para se apropriar de terras devolutas ou terras trabalhadas por posseiros. Contratam jagunços (capangas) para “limpar” o terreno, ou seja, expulsar índios e posseiros que por ventura estejam ali fixados. Conseguem a documentação do imóvel (títulos

de propriedade), muitas vezes falsificadas, transformando a terra em objeto de especulação imobiliária ou instrumento de negócios. Além do que para os grandes proprietários de terras eles são vistos como marginais, na maioria das vezes são chamados erroneamente de “**Sem Terra**”. Os sem terras na verdade são trabalhadores organizados em busca de acesso à terra para plantar e para dela sobreviver, na maioria das vezes são pessoas que não tem estudo nem profissão e que não conseguem sobreviver no meio urbano com sua família, como se vê, tudo isso faz com que esses moradores de assentamentos sejam, muitas vezes, discriminados juntamente com seus familiares.

Pois para esses alunos a relação com a terra é muito forte, e, apresentar personagens que por meio da literatura, da música, da poesia e dos poemas, da linguagem rural, se destacaram e tornaram visíveis a sua realidade, faria com que sentissem orgulhosos da sua realidade e condição de morador do campo e teria um estímulo maior na sua aprendizagem. Acredito que com essa aproximação, muitos iriam identificar sua rotina, sua casa, as brincadeiras que fazem parte do cotidiano, as paisagens, facilitando assim, seu conhecimento. Oportunizar aos alunos um conhecimento voltado para o campo desde a sua alfabetização, e, ao longo dos anos de estudo faz com que eles valorizem suas raízes e tenham consciência da importância da escolarização.

Considerações finais

O conhecimento é essencial para o sujeito transformar a sociedade em que vive e atua, e uma educação de qualidade possibilita que essa transformação seja para a melhoria e crescimento pessoal e intelectual. Nesse sentido, o caminho é uma educação de qualidade para diminuir o índice de analfabetismo no campo e formar cidadãos capazes de serem inseridos tanto na zona urbana como na rural, em consonância com sua preferência de vida e trabalho. Para atender as necessidades de camponeses a educação do campo deve ter uma concepção político-pedagógica, voltada para fortalecer o vínculo do camponês com a terra e o lugar onde se vive. Dessa maneira, a educação do campo deve oportunizar um acesso ao conhecimento científico aos seus alunos sem a necessidade de mudar do seu lugar de origem.

O Ensino-Aprendizagem oferecido neste espaço deve habilitar o aluno a reconhecer-se no meio social em que vive, garantindo-lhe o direito à qualidade e ao exercício da cidadania em sua plenitude.

Os dados apresentados são iguais os da maioria das escolas do campo, tem caracterização de escola do campo, estão no contexto campestre, no entanto, seu currículo, práticas, calendários entre outros são de escolas urbanas. Nossa pesquisa comprovou que há uma necessidade de um trabalho pedagógico mais condizente com o interesse do campo, pois os alunos são indivíduos motivados e comprometidos com os valores morais e éticos, mas que têm essa carência de reconhecer-se no seu lugar de origem.

Portanto, o material humano é qualificado e com anseios de mudanças na educação do campo, o que possibilita atingir bons resultados no processo de Ensino-Aprendizagem e uma transformação significativa na qualidade de vida tanto dos alunos como de seus familiares.

Referências

ARROYO, M. G. Os desafios da construção de políticas públicas para a educação do campo. In: PARANÁ. **Cadernos temáticos: educação do campo**. Curitiba: SEED, 2005.

BRASIL – Governo Federal. Ministério do trabalho e emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Dados sobre ações contra o trabalho escravo**. Brasília: MTE/SIT. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em dezembro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 20.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

BRASIL. LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: Acesso em novembro de 2019.

BRASIL. LDB: **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n. 9.394, de 1996: emendas á constituição n. 11 e 14 de 1996 e lei 9424, de 1996 - Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de publicações de 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.

BRASIL. Ministério do meio ambiente. **Zoneamento ecológico-econômico do Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005a.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002** - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIO, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete Caldart (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF:

articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Estatísticas cadastrais municipais - recadastramento 1992. v.1. Brasília: INCRA, 1992.
Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2020.

LAZZARO, A.; COUTINHO, G. A. e FRANCESCHETTO, C. (1992). **Lembranças Camponesas.** A Tradição Oral dos Descendentes de Italianos em Venda Nova do Imigrante. Vitória: UFES/Venda Nova: Prefeitura Municipal.

SOARES, Edla de Araújo Lira. Parecer nº. 36/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. In: **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo**, resolução CNE/CEB nº. 1, de 3 de abril de 2002. Brasília: MEC, 2002.

PEREIRA, Antônio A. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba:** das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Ideia/ Ed. Universitária, 2009.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** 2011. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campopoliticas.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2020.